

---

**Rede Internacional do Gênero e Comércio**  
**Boletim Mensal (IGTN) Vol. 4 nº 8**  
Setembro-Outubro / 2004  
**Notícias da OMC, do Comércio dos EUA, e a IGTN em Ação**  
[www.IGTN.org](http://www.IGTN.org)

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Retomadas as conversações na OMC depois do recesso de agosto – Maria Pia Hernandez, Escritório da IGTN em Genebra
- Declaração não governamental em prol de uma Pauta de Desenvolvimento na OMPI – IGTN Genebra e Centro para o Direito Ambiental Internacional

## NOTÍCIAS REGIONAIS

- A USTR Tece Teia do Comércio nas Américas – Alexandra Spieldoch, Rede do Gênero e Comércio dos EUA
- Nova Estratégia do Brasil para o Comércio e a Resposta da Sociedade Civil – Notas de uma discussão com destaque de Graciela Rodriguez, Rede Latino-americana do Gênero e Comércio
- Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Países Insulares – Nelcia Robinson, Associação Caribenha para a Pesquisa e Ação Feminista (CAFRA)

## GÊNERO, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

- Novos Recursos
- Eventos e Avisos

***A IGTN dá as boas vindas a Maria Pia Hernandez e Kristin Sampson à Rede. Maria Pia entra para a IGTN como nossa Representante em Genebra. Kristin Sampson assumiu o cargo de Coordenadora de Comunicações junto à Secretaria. Contamos com sua contribuição para a missão da IGTN.***

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### **Retomadas as conversações da OMC após o recesso de agosto**

Maria Pia Hernandez, Escritório da IGTN em Genebra

Depois de um recesso de um mês, que se seguiu à conclusão das negociações do pacote de julho, os meses de setembro e outubro viram a retomada das conversações quando os Comitês da OMC para Agricultura, Serviços e Bens, o Comitê de Negociação para o Comércio e o Conselho Geral todos se reuniram para dar andamento ao acordo base.

### **Comitê da OMC para Agricultura**

Em setembro, o Comitê para Agricultura deu os primeiros passos para a renovação das negociações. Entretanto, devido a eventos de grande importância em países chave da OMC, seria prematuro antecipar o resultado das negociações sobre agricultura deste ano.

Foram feitas consultas informais em 24 de setembro de 2004 para discutir formas de avançar com as negociações à luz do acordo base. Conforme especificado em Doha e no texto base, os países membros discutiram como avançar com as questões técnicas relativas a três pilares das negociações sobre agricultura (acesso a mercados, apoio doméstico e concorrência das

exportações). Os países membros logo começarão a trabalhar nas seguintes questões: desenvolvimento de modalidades para implementar um Tratamento Especial e Diferenciado; harmonização na redução do apoio doméstico ao comércio e todas as formas de subsídios à exportação; redução da Medida Agregada de Apoio (AMS) e *de minimis*; definição de uma fórmula escalonada para acesso a mercados; e a definição de produtos especiais.

A delegação japonesa levantou a questão de qual seria o meio mais adequado de obter informação sobre as negociações em torno dos subsídios à exportação e sugeriu usar os dados da FAO ou confiar nas notificações dos membros. A União Européia argumentou que a informação deveria ser fornecida através de notificações de membros à Secretaria da OMC, mas sustentou que essa discussão era prematura.

Enquanto os membros da OMC pretendem trabalhar nessas questões, um acordo final será atingido através de um desenvolvimento equilibrado em todas as áreas de negociação de forma a criar consenso para o todo único de um acordo abrangente.

Ocorreram duas sessões especiais informais em aberto e uma sessão formal sobre agricultura entre 6 e 8 de outubro. Nas informais, os membros discutiram uma lista de assuntos técnicos relativos aos três pilares das negociações sobre agricultura conforme está contido no documento base aceito em julho. Os membros trataram dos dispositivos do documento base de julho que exigem mais estudos e esclarecimentos.

Os membros também discutiram o significado de estabelecer modalidades de forma a assegurar a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e disciplinas sobre todas as medidas de exportação com efeito equivalente. Nesse contexto, é importante discutir modalidades e definições relativas aos créditos de exportação, às garantias do crédito de exportação, aos programas de seguro, às práticas de auxílio alimentar e aos elementos restantes descritos no parágrafo 18 do Documento Base. Quanto ao acesso a mercados, o presidente convidou os membros a iniciar ou consolidar o trabalho de definição dos produtos especiais bem como de formação de um Mecanismo de Salvaguardas Especiais (SSM) a ser usado pelos países em desenvolvimento. Em breve deverão ocorrer as negociações acerca da definição e implementação da fórmula escalonada.

Na sessão formal sobre a agricultura, os membros tiveram a oportunidade de registrar declarações gerais e apresentar propostas em consonância com o Documento Base. Teve particular relevância a declaração feita pela Indonésia em nome dos membros do G-33, que acolhia totalmente a incorporação dos SPs e SSM para os países em desenvolvimento enquanto componentes fundamentais do Tratamento Especial e Diferenciado (SDT). A Indonésia declarou que os métodos de seleção para os SPs ainda precisa ser melhor especificado e que o processo deverá assegurar que os países em desenvolvimento disponham da flexibilidade necessária para fechar acordo com os produtos que eles acharem mais importante para as suas necessidades de desenvolvimento e dentro dos parâmetros da segurança alimentar, da segurança do sustento e o desenvolvimento rural. Além disso, as negociações futuras deverão assegurar que os elementos fundamentais do documento base para assegurar o desenvolvimento econômico e o progresso sejam discutidos antes de quaisquer exceções.

### **Comitê para os Serviços**

As sessões do GATS marcadas para setembro incluíram o Conselho para o Comércio de Serviços, o Grupo de Trabalho sobre as Regras do GATS e a Sessão Especial do Conselho para o Comércio de Serviços. Todas as reuniões se concentraram em fazer um balanço da situação das negociações à luz do documento base de julho e discutir as considerações técnicas de se prosseguir. Alguns países em desenvolvimento percebem que a pressão em prol das negociações do GATS vai aumentar para que se cumpra o prazo de maio de 2005. Embora o prazo de maio seja por muitos considerado irreal, haverá ações direcionadas com o fito de melhorar as ofertas

iniciais de serviços e instigar os membros que ainda não o fizeram a apresentarem suas ofertas iniciais.

O Conselho para o Comércio de Serviços está debatendo agora os procedimentos adequados para implementar esquemas de reconhecimento mútuo e estudar as isenções das Nações Mais Favorecidas (NMF). Os esquemas de reconhecimento para aceitação do credenciamento profissional são formados por cada país para profissões e ocupações (implementados tanto por agências governamentais quanto por organismos profissionais) que refletem os objetivos das políticas públicas estabelecidos nos regulamentos. A falta de reconhecimento das qualificações, habilidades e experiência é uma das barreiras significativas à implementação efetiva do modo 4, particularmente na área dos serviços profissionais porque ela nega o acesso a mercados de prestadores de serviços de outros países ou leva um prestador de serviço a um desempenho abaixo do seu nível de qualificação. Por esta razão, os membros da OMC estão discutindo maneiras de padronizar os procedimentos de forma a facilitar o reconhecimento das qualificações e habilidades.

A discussão sobre as NMF se concentra no segundo estudo das Isenções das NMF contidas no GATS que especifica as condições segundo as quais um Membro, quando o GATS entrar em vigor, fica isento de sua obrigação de tratamento às NMF.

O Grupo de Trabalho sobre a Regência do GATS (GT) está se concentrando em três questões: compras governamentais, implementação urgente de medidas de salvaguarda e subsídios aos serviços. Quanto às compras governamentais, alguns membros levantaram a questão da pertinência de se incluir isso na pauta do GT, pois as compras governamentais são um dos Temas de Cingapura que se concordou não negociar durante a Rodada de Doha. Outros membros retrucaram que o GT não era um órgão negociador e que as discussões acerca das compras governamentais se limitavam ao artigo 13 do GATS bem como à formação de um mecanismo para troca de informações entre os membros da OMC acerca da implementação de medidas nacionais de compras governamentais.

No dia 27 de setembro, a Sessão Especial do Conselho para o Comércio de Serviços se reuniu para discutir o resultado de um documento da UNCTAD sobre sua reunião de especialistas sobre questões de acesso a mercados no Modo 4 bem como sobre documentos da IOM, da OCDE e um relatório do Banco Mundial sobre o Seminário sobre Comércio e Migração. À luz das "Recomendações da Sessão Especial do Conselho para o Comércio de Serviços" (Anexo C do documento base de julho), os membros concordaram em continuar fazendo o trabalho técnico em áreas diferentes das negociações do GATS conforme especificado no texto do documento base.

### **Conselho para o Comércio de Mercadorias**

No dia 1º de outubro, o Conselho da OMC para o Comércio de Mercadorias começou a fazer a terceira e última revisão da implementação do Acordo sobre Têxteis e Vestuário (ATV), pelo qual todos os acordos de quota restantes no setor têxtil seriam retirados no dia 1º de janeiro de 2005 e o setor seria totalmente integrado às regras da OMC. A futura retirada das quotas do ATV de circulação irá finalmente deflagrar o potencial pleno para expansão dos têxteis e vestuário no mundo em desenvolvimento, particularmente países como China, Índia e Brasil. Mas também vai intensificar a concorrência internacional, o que poderia ter conseqüências negativas para as economias pequenas e menos competitivas.

O Presidente do Órgão de Monitoramento dos Têxteis (OMT) da OMC apresentou relatório sobre a implementação do ATV desde 1º de janeiro de 2002 (atualmente no terceiro estágio de implementação). Citando parte do relatório, ele destacou a visão do OMT de que a "implementação oportuna e plena do ATV também deveria ser vista como uma manifestação renovada dos membros da OMC acerca de seus compromissos assumidos no arcabouço do sistema multilateral de comércio, fortalecendo assim também a credibilidade desse sistema."

A Índia apresentou documento em nome de um grupo de exportadores têxteis de países em desenvolvimento que aclamaram o ATV como a maior conquista da Rodada do Uruguai e estimaram que o ATV iria contribuir com até um terço de todos os ganhos das negociações. O país destacou os ganhos que se seguiriam ao ATV, que fazem parte do “compromisso único” da Rodada.

Maurício apresentou documento em nome dos co-patrocinadores Bangladesh, República Dominicana, Fiji, Madagascar, Sri Lanka e Uganda para a Secretaria da OMC conduzir um estudo que visa identificar as questões e custos relativos ao ajuste pós-ATV que podem surgir com a retirada do ATV de funcionamento, inclusive recomendações sobre medidas para lidar com essas questões; e para o Conselho de Mercadorias formar um Programa de Trabalho com vistas a encontrar soluções para os problemas identificados no documento. Maurício e outros co-patrocinadores destacaram que o setor dos têxteis e do vestuário era crítico para cada país como fonte de emprego (especialmente para as mulheres), geração de renda e redução da pobreza. O país expressou a preocupação de que o vencimento do ATV resultaria em perdas para o setor e quedas de renda, geraria resultados de valor nulo com poucos vencedores e muitos perdedores, e causaria um impacto sobre o desenvolvimento sócio-econômico global.

O documento de Maurício foi apoiado por vários países, alguns dos quais também pediram à Secretaria da OMC que começasse a fazer estudos de impacto em cada um dos países exportadores afetados pela retirada e a dar recomendações para aumentar a competitividade de suas pequenas empresas. Também são necessárias assistência técnica e capacitação, particularmente para os países que possam enfrentar dificuldades em suas balanças de pagamento devido à liberalização do setor têxtil e de vestuário.

El Salvador destacou a importância deste setor, que representa internamente cerca de 90.000 empregos diretos, que beneficiam primordialmente mulheres. O país veiculou a necessidade de criar um órgão de “supervisão” dentro do contexto da OMC para assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos por todos os membros com o setor. Também destacou a necessidade de flexibilidades que possam isentar os países em desenvolvimento da implementação de certos dispositivos do acordo quando priorizarem legítimas demandas de desenvolvimento.

A CE se disse satisfeita com o conteúdo do relatório do OMT, acrescentando que são inevitáveis as diferenças de percepção. Os Estados Unidos disseram que o último ano foi árduo para a sua indústria têxtil, mas que o país cumpriria plenamente com seus compromissos. A Noruega expressou esperança de que a eliminação das cotas não seja substituída por outras formas de restrição.

### **Comitê de Negociação Comercial (CNC)**

No dia 12 de outubro, o CNC discutiu o acompanhamento à decisão tomada pelo Conselho Geral em julho, inclusive a formação do grupo de negociação sobre facilitação do comércio. O Diretor Geral (DG) da OMC Supachai Pantchpakdi e os presidentes do CNC relataram aos membros do CNC o status das negociações. Vários membros apresentaram seus pontos de vista sobre o processo de negociação.

O grupo de negociação sobre facilitação do comércio foi formado e o Embaixador Muhamad Noor Yacob, da Malásia, indicado para presidi-lo. O grupo de negociação sobre as Regras do GATS indicou para ser seu novo diretor o Embaixador Guillermo Valles Galmes, do Uruguai.

O DG Supachai instou os membros a manter o trabalho técnico em diferentes áreas de negociações. Disse que seria difícil planejar ou prever qual seria o resultado para 2005, mas era importante manter o ímpeto e avançar nas áreas técnicas. Ele reconheceu o fato de que alguns membros não conseguiriam assumir um compromisso político substancial este ano, mas encorajou os participantes a continuar trocando informações e se reunindo para acompanhar as técnicas do processo.

O presidente do Comitê de Serviços relatou a situação das negociações dos serviços, expressando haver algum ímpeto para conquistas concretas nas negociações, porém mais de 50 membros ainda não apresentaram as ofertas iniciais. Falou sobre as armadilhas que pode haver pela frente caso não surja nas próximas semanas um número substancial de ofertas iniciais com prazo vencido e também destacou que uma falta de engajamento no transcurso até maio de 2005 para a apresentação de ofertas revisadas poderia refrear o progresso especificamente em detrimento dos países em desenvolvimento afiliados. (Relatório TN/S/17)

O presidente do Comitê do TRIPS (Acordo sobre os Aspectos dos Direitos sobre a Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) fez breve relato das discussões em andamento para o intercâmbio de informação relativa aos procedimentos legais internos para registro de Organismo Geneticamente Modificados (OGMs).

O presidente do NAMA (Acesso a Mercados Não Agrícolas) apresentou a estrutura dos trabalhos futuros que irão se concentrar na definição de modalidades de flexibilização para os países em desenvolvimento e na discussão de uma fórmula de abordagem para reduzir ou eliminar os picos e a escalada tarifária, bem como as elevadas tarifas, conforme a abordagem setorial estabelecida no Anexo B do documento base de julho.

O grupo Africano reiterou que a questão do algodão deve ser um item permanente na agenda do Comitê Especial para a Agricultura e expressou sua disponibilidade para continuar com as negociações com base no pacto de julho, mas fez uma convocação pela transparência e inclusão do processo de negociação na OMC. Expressou também a importância de se levar em conta sensibilidades específicas do grupo com relação às negociações do NAMA, particularmente quanto ao tratamento especial para os países em desenvolvimento com importações líquidas de alimentos (NFDCs) e para os produtos especiais. Ao requisitar flexibilidade nas políticas para a implementação de acordos comerciais e a condução de suas negociações, o Quênia falou em “espaço nas políticas” enfatizou a necessidade de incluir mais atores no processo de negociação. Vale notar que o Quênia é o primeiro país em desenvolvimento a usar oficialmente o termo “espaço nas políticas” na OMC.

### **Reunião do Conselho Geral**

Na sua reunião de 20 de outubro, o Conselho Geral da OMC discutiu o processo de escolha do novo Diretor Geral da OMC. Há três candidatos no momento: o embaixador Seixas Correa, do Brasil, o embaixador Perez del Castillo, do Uruguai, e o ministro das Ilhas Maurício para o comércio. Não há regras ou procedimentos formais para os membros da OMC quanto a limite de prazo para entrega de candidaturas à direção geral. Entretanto, existe um certo acordo entre os membros no sentido de que as indicações sejam feitas até 31 de dezembro de 2004, seguidas de três de consultas. Mais dois meses seriam gastos para que decida quem será o novo diretor geral, cuja escolha se dará até maio de 2005.

**Guardem a Data.**

**6ª Reunião Ministerial da OMC  
de 13 a 18 de dezembro de 2005  
Hong Kong**

**Declaração não governamental em prol de uma Pauta de Desenvolvimento na OMPI**

IGTN Genebra

Centro para o Direito Ambiental Internacional

A seguinte declaração foi apresentada à Assembléia Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em apoio à proposta conjunta Brasil/Argentina de montar na entidade uma “agenda do desenvolvimento”. No dia 4 de outubro, a Assembléia Geral decidiu convocar reuniões intersessionais para estudar essa proposta e outras feitas por quaisquer países membros, determinando ainda que a Divisão Internacional convoque um seminário multilateral sobre a Propriedade Intelectual e o Desenvolvimento. Ambas as ações estariam abertas à participação da sociedade civil.

#### DECLARAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL EM APOIO À ELABORAÇÃO DE UMA PAUTA PARA A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As ONGs abaixo assinadas acolhem e dão pleno apoio à apresentação de uma proposta para a Formação de uma “Pauta do Desenvolvimento” para a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, trazida por Brasil e Argentina. A proposta será discutida na Assembléia Geral da OMPI que se inicia no dia 27 de setembro de 2004.

Nos últimos anos, os países em desenvolvimento e as organizações não governamentais voltadas para o desenvolvimento levantaram sérias questões acerca dos impactos das regras da propriedade intelectual sobre o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e sustentável dos países em desenvolvimento. A idéia de que a proteção à propriedade intelectual não é um fim em si mesma mas sim uma ferramenta para o desenvolvimento tem sido sugerida várias vezes pelos países em desenvolvimento não apenas na OMPI mas também noutras importantes organizações internacionais, inclusive OMC e UNCTAD. Organismos independentes como a Comissão sobre os Direitos da Propriedade Intelectual e governos de países desenvolvidos como o Reino Unido também reconheceram que a dimensão do desenvolvimento é indispensável para se considerar quaisquer questões ligadas à propriedade intelectual e padrões.

A proposta de se estabelecer uma pauta do desenvolvimento para a OMPI cristaliza assim muitas das preocupações previamente veiculadas por países em desenvolvimento bem como ONGs do mundo inteiro e reafirma a necessidade urgente de que a OMPI conduza uma discussão direcionada e concludente no sentido de incluir a dimensão do desenvolvimento em seus programas e atividades. Concordamos que a OMPI, enquanto agência especializada do sistema da ONU, não pode continuar à margem dos compromissos e esforços da comunidade internacional em prol do desenvolvimento sustentável. Ao empreender suas atividades e formular seus programas, a OMPI precisa se pautar nas metas de desenvolvimento da ONU, particularmente as Metas de Desenvolvimento para o Milênio, e responder aos problemas significativos impostos pela proteção à propriedade intelectual aos países em desenvolvimento. Dentre as questões críticas para o desenvolvimento levantadas pela proposta encontram-se a necessidade de que as ininterruptas atividades de determinação de normas levem em conta a importância de flexibilidades do interesse público e a necessidade de que a OMPI identifique medidas e tome as providências para facilitar a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento. É crucial também que se assegure cooperação e assistência técnica voltadas para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento bem como que se estenda a participação ativa das partes interessadas pertinentes nas discussões e atividades da OMPI, nos níveis tanto internacional quanto nacional. Instamos a OMC a corrigir o uso da terminologia, distinguindo plenamente entre organizações usuárias e ONGs de interesse público.

A proposta feita por Brasil e Argentina constitui-se numa oportunidade incomparável, para todos os países em desenvolvimento e ONGs com esse enfoque, de incluir na agenda da OMPI a questão do desenvolvimento. Instamos também os países em desenvolvimento e ONGs a apoiarem a iniciativa, que deve ser vista como o início de um processo no qual as medidas e idéias apresentadas serão complementadas com os pensamentos e sugestões de outros países em desenvolvimento e ONGs voltadas para o desenvolvimento. Esperamos conseguir participar construtivamente nesse processo fornecendo recomendações e propostas com a meta de assegurar que as preocupações sociais e desenvolvimentistas, incluindo aquelas oriundas de setores chave da sociedade afetados pela proteção da propriedade intelectual, como populações

indígenas, mulheres, pequenos agricultores e comunidades rurais, sejam plenamente integradas às atividades e programas da OMPI.

A declaração não governamental com seus signatários se encontra *online* no endereço:

<http://www.igtn.org/Europe/NGOs%20statement%20WIPO.pdf>

A íntegra da proposta Brasil/Argentina se encontra no endereço:

[http://www.wipo.int/documents/en/document/govbody/wo\\_gb\\_ga/pdf/wo\\_ga\\_31\\_11.pdf](http://www.wipo.int/documents/en/document/govbody/wo_gb_ga/pdf/wo_ga_31_11.pdf).

## **NOTÍCIAS REGIONAIS**

### **USTR Tece Teia do Comércio nas Américas**

Alexandra Spiello, Rede do Gênero e Comércio nos EUA

O USTR (escritório de representação comercial dos EUA) está promovendo neste momento iniciativas comerciais por todas as Américas (a saber, o Livre Comércio das Américas, o Acordo Centro-americano de Livre Comércio – República Dominicana, e Acordo Andino de Livre Comércio), criando uma malha de acordos bilaterais e regionais. Entretanto, surgiram nos últimos meses várias dificuldades no caminho da conclusão dos acordos. Por um lado, o ritmo acelerado das negociações não é compatível com a necessidade que os negociadores têm de trazer à tona os detalhes. Além disso, o público norte-americano se mostra cada vez mais preocupado que os ditos ganhos oriundos da liberalização do comércio nos Estados Unidos não sejam tão substanciais quanto haviam sido alardeados ou esperados.

Após o colapso da Reunião Ministerial da OMC em Cancun, os Estados Unidos buscaram negociações bilaterais de forma a assegurar continuidade à liberalização do comércio. Entretanto, esse impulso esvaneceu juntamente com a opinião global que se tem dos Estados Unidos noutras áreas de sua política externa. Foi a perda de confiança nos Estados Unidos enquanto superpotência responsável que contribuiu para estancar as negociações regionais? Foi o fato do USTR ter exagerado na quantidade de acordos iniciados que agora luta por concluir? Foi o povo norte-americano que acordou diante das promessas não cumpridas nos três países do NAFTA? Estas são algumas das perguntas que surgiram e estão sendo debatidas agora.

Embora essa lentidão atrapalhe o USTR, ela propicia à sociedade civil um momento para recuperar o fôlego e fazer um balanço das negociações em andamento.

### **ALCA**

O ano de 2003 foi particularmente complicado para o USTR com o fracasso da Ministerial da OMC em setembro e o desdobramento das negociações da ALCA na Ministerial de Miami em novembro. Em Miami, os países concordaram com um acordo flexível a fim de evitar um travamento total das negociações. Os ministros da ALCA conseguiram avançar e concordaram em dar continuidade às conversações e determinaram uma data de conclusão em janeiro de 2005.

Neste ano desde a Ministerial da ALCA em Miami, os negociadores não conseguiram chegar a um termo comum quanto ao âmbito e a definição do acordo e os ministros e seus suplentes estão tão longe disso que praticamente não se obteve progresso algum. Em agosto, o USTR divulgou que o prazo para a ALCA não seria cumprido e talvez os negociadores fossem se reunir em algum momento de 2005 para marcar uma nova programação. Noutras palavras, a conclusão da ALCA não se encontra num horizonte próximo.

Em resposta à interrupção das negociações da ALCA, o USTR começou a buscar acordos bilaterais para retomar o impulso do livre comércio. Entretanto, mudanças nos relacionamentos políticos regionais e na política dos Estados Unidos atrapalharam o mantra do livre comércio para a região. O Brasil e a Argentina revitalizaram o Mercosul, que está atualmente engajado em

negociações de ritmo acelerado com a União Européia. Além disso, o Brasil renovou as energias para um entendimento sul/sul entre parceiros comerciais chave como a Índia e a África do Sul.

### **ACALC-RD**

Com o Acordo Centro-americano de Livre Comércio – República Dominicana, também conhecido pela sigla NAFTA-RD, o escritório norte-americano de representação comercial avançou com as negociações no início de 2003. Os Estados Unidos esperam uma conclusão rápida dos entendimentos em torno de um ano que seriam seguidos da ratificação pelo congresso uma vez que o presidente Bush e os presidentes centro-americanos (Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e República Dominicana) tenham enviado uma carta de intenções para os seus parlamentares aprovarem. Embora as negociações tenham sido concluídas em janeiro de 2004, não houve aprovação ao nível do congresso. Os países centro-americanos e a RD indicaram que não tomarão nenhuma providência no sentido da ratificação antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos e possivelmente não antes da ratificação deste último. Entretanto, o presidente norte-americano não apresentou o CAFTA-RD ao Congresso, levando a especulações de que não esteja conseguindo angariar a quantidade necessária de votos para aprovação. Nos Estados Unidos, surgiu ampla oposição ao CAFTA-RD no seio dos sindicalistas, ambientalistas, progressistas, estudantes, comunidades religiosas e até mesmo de certos interesses agrícolas norte-americanos.

Nesse meio tempo, grupos de El Salvador (cerca de 10.000), Honduras (cerca de 15.000) e Costa Rica passaram a veicular cada vez mais aos seus parlamentos que o CAFTA não foi democraticamente negociado e não representa os seus interesses. Em agosto de 2004, dezenas de milhares de costarriquenhos fizeram uma manifestação contra o controle de um serviço de fiscalização de veículos por uma empresa estrangeira, contra a possível ratificação do CAFTA-RD e por aumentos salariais que se faziam bastante necessários. Tais protestos levaram à renúncia de quatro ministros (inclusive os de comércio e fazenda) e outros assessores econômicos do alto escalão.

O resultado é que o CAFTA-RD não se encontra apoiado em base segura. O que se supunha uma série de entendimentos rápidos e fáceis em nível sub-regional está agora como refém das eleições norte-americanas e enfrenta uma resistência cada vez maior dos grupos da sociedade civil.

### **ALC Andino**

Em maio de 2004, os Estados Unidos lançaram negociações com vistas a um Acordo Andino de Livre Comércio com a Colômbia, Peru e Equador. A Bolívia pode vir a se juntar às negociações mais adiante. Semelhante ao CAFTA-RD, o Acordo Andino-Norteamericano está previsto para ser negociado no prazo de um ano com uma rodada a cada mês até a conclusão dos entendimentos. As conversações nesse sentido tiveram início na Colômbia em maio de 2004. A segunda rodada foi concluída em Atlanta em junho, a terceira no Peru, a quarta em Porto Rico e a quinta no Equador. Está marcada uma sexta rodada para Tucson, no estado norte-americano do Arizona, em dezembro de 2004.

Os Estados Unidos consideram a Colômbia o parceiro mais importante nessas conversações, presume-se que por tratar-se de um dos principais aliados na guerra contra as drogas. Entretanto, um acordo sub-regional abrangente com pelo menos três dos quatro países ajudaria a consolidar a posição norte-americana na região. Dentre outras coisas, os países andinos esperam assegurar acesso a mercados dos Estados Unidos e atrair investidores norte-americanos.

Entretanto, surgiram alguns quebra-molas na via expressa que levaria o USTR ao acordo. Ainda precisam ser resolvidas algumas controvérsias entre investidores norte-americanos e os governos do Equador e do Peru. Além disso, ainda não está claro se a Bolívia irá participar dessas conversações oficialmente. Embora haja um forte apoio do governo colombiano para fechar um

acordo comercial com os Estados Unidos, os negociadores da Colômbia estão comprometidos com metas de ganhos maiores do que os obtidos com a ATPDEA (Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação das Drogas), que está marcada para terminar em dezembro de 2006. Mas os negociadores do USTR indicaram, em conversas recentes no Equador, que todas as áreas estavam na mesa e a Lei em questão não serviria como ponto de partida para outras ofertas. Anteriormente, na terceira rodada de negociações, os negociadores colombianos abandonaram as conversações acerca da Propriedade Intelectual devido a fortes desentendimentos com relação à linguagem proposta pelos Estados Unidos que não incluía a declaração de Doha acerca dos TRIPS e da Saúde Pública, pontos sobre os quais insistiram em 2001 os países em desenvolvimento. Ainda não está clara a direção que esses entendimentos irão tomar. Parece que as tentativas norte-americanas de pressionar os países andinos a concluir esse acordo no início do ano que vem podem não configurar uma meta realista, particularmente se mudar o governo daquele país.

### **Reverendo o NAFTA**

Para piorar as coisas, a revisão decenal do NAFTA recebeu fortes críticas da sociedade civil, onde se incluem sindicatos, entidades ambientalistas, comunidades religiosas, organizações nacionais de mulheres, defensores dos direitos humanos, agricultores e grupos que lutam em prol da justiça social nos Estados Unidos. Dez anos depois do NAFTA, os cidadãos norte-americanos observaram importantes mudanças de rumo na legislação trabalhista e ambiental. O acordo restringiu a capacidade dos três países participantes imporem normas trabalhistas e ambientais de proteção às comunidades (por exemplo, níveis salariais ou leis de conteúdo local). Embora sejam difíceis de calcular as estatísticas da perda de empregos nos Estados Unidos pós-NAFTA, sabe-se que deixaram de existir mais de dois milhões de vagas só na indústria manufatureira. Comunidades inteiras foram financeiramente devastadas na Carolina do Norte, no Tennessee e em algumas partes do meio-oeste, ficando sem perspectiva alguma de investimentos futuros. Os níveis de filiação sindical nunca estiveram mais baixos. Mudanças na propriedade e produção rural praticamente eliminaram a pequena agricultura familiar. O número de trabalhadores não registrados que cruzam a fronteira do México para os Estados Unidos cresceu de forma exponencial (muito por causa de um aumento no desemprego rural no México pós-NAFTA), atingindo cerca de 4.000 imigrantes ilegais por dia. O abismo entre os ricos e os pobres aumentou. A abertura das fronteiras não se deu. Os problemas com esse modelo ficam cada vez mais aparentes. E, contudo, o USTR repete sempre que o NAFTA é um modelo positivo para os outros acordos comerciais que o Escritório tem começado a negociar.

### **Conclusão**

É impressionante que, com a resistência oriunda dos governos oficiais e da sociedade civil, o governo dos Estados Unidos continue a acenar com o mesmo modelo para servir de molde a todas as outras negociações comerciais. A IGTTN vai continuar acompanhando a atividade dos Estados Unidos nesses acordos comerciais e, no âmbito interno e em articulação com outras redes, resistirá a esse processo de liberalização e há de construir uma visão alternativa.

### **A Nova Estratégia do Brasil para o Comércio e a Resposta da Sociedade Civil**

Apontamentos tomados durante discussão com Graciela Rodriguez, da Rede Latino-americana do Gênero e Comércio

No dia 22 de setembro de 2004, Graciela Rodriguez, Coordenadora da Rede Latino-americana do Gênero e Comércio (LAGTTN) e representante da Rede Brasileira para a Integração dos Povos (REBRIP) deu uma palestra na discussão "Comércio a partir de uma Perspectiva Brasileira" realizada pela USGTTN (Rede Norte-americana do Gênero e Comércio) e o WOLA (Escritório de Washington para a América Latina). Graciela falou sobre o papel da sociedade civil brasileira com relação à atual política comercial e estratégia de negociação do país. No governo de Lula, a

sociedade civil brasileira ganhou acesso inédito aos negociadores comerciais e essa acessibilidade forçou o presidente a negociar um equilíbrio precário entre prestar contas aos grupos setoriais domésticos e ceder à pressão das instituições financeiras internacionais e dos países do norte.

Lula continua manipulando a posição do Brasil em diferentes conversações comerciais. O país foi a vanguarda do G20 na OMC e abriu diálogos com a Índia, China e África do Sul. Entretanto, esses países em desenvolvimento são grandes exportadores e têm tanto poder quanto interesses semelhantes aos do Brasil na OMC. O Brasil não se aproximou de forma bilateral de nenhum país com menos poder de barganha, como os insulares com suas economias de menor porte no Caribe e Pacífico, ou os pequenos países da América Central. Ainda não está claro como o Brasil irá, afinal, se situar junto aos países em desenvolvimento em termos geopolíticos e na área do comércio. Através de sua liderança no G20 e depois do colapso da Reunião Ministerial da OMC em Cancun, o país ganhou força e publicidade, que usou para acenar com uma ALCA-Light em Miami bom como para tornar a concentrar suas energias no MERCOSUL.

Desde que as negociações para a ALCA não ocupam mais o centro da ribalta, o Brasil voltou-se para uma estratégia bilateral que venha alavancar todo o seu potencial dentro do sistema vigente. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos acabam de assinar um tratado bilateral de investimento com o Uruguai, que muitos reconhecem como uma tentativa deliberada de drenar o ímpeto do Mercosul. Está claro que o Brasil vem combatendo as tentativas norte-americanas de enfraquecer seu poder de negociação e, através do Mercosul, deu partida a negociações com a UE e os países Andinos e ainda abriu conversações com a Venezuela e o México. É interessante que, nos entendimentos com a UE, o país deixou que as negociações se aprofundassem muito mais do que nos entendimentos com vistas à ALCA. Por exemplo, indicou que se a UE fosse oferecer novos acessos a mercados em áreas chave (a saber, exportações agrícolas como laticínios e avícolas) o Brasil estaria disposto a abrir os serviços, as compras governamentais e a propriedade intelectual – questões que não se mostra disposto a negociar regionalmente através da ALCA. Nesse sentido, ainda não se desvinculou da agenda neoliberal mas continua a trabalhar em direção aos seus interesses maiores dentro do atual modelo. Embora não tenha dado todas as respostas, Lula abriu um espaço importante para que os grupos da sociedade civil reclamem, através de suas atividades, a devida responsabilização do governo.

A sociedade civil brasileira enfrenta o novo desafio de lutar em frentes múltiplas. As negociações Mercosul-UE, particularmente, têm progredido bastante rápido e a sociedade civil que, no Brasil, vinha se concentrando tradicionalmente na ALCA enfrenta agora o desafio de se reorganizar para cuidar das concessões substanciais que o país fez junto à UE. Apesar do interesse do governo em acordos comerciais múltiplos, o próprio governo Lula não está unido quanto a uma política comercial ótima para o país, nem a REBRIP, que é a maior rede da sociedade civil envolvida com as políticas comerciais. A sociedade civil brasileira precisa lutar com suas diferenças internas ao mesmo tempo que se organiza para enfrentar os novos desafios gerados pelo envolvimento pró-ativo do país na liberalização do comércio.

Graciela Rodriguez contou com a participação de Marcio Ponual, Assessor de Política Internacional para o Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC) e Marcos Faro de Castro, da Rede Brasileira de Instituições Financeiras Multilaterais. Marcio buscou esclarecer o histórico da atual política comercial do Brasil, enquanto Marcus discorreu sobre a “coerência” de políticas que surgiu entre o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no que todos estimulam a agenda da liberalização do comércio e do investimento na região.

### **Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Países Insulares**

Nelcia Robinson, Associação Caribenha para Pesquisa e Ação Feminista (CAFRA)

Em 1994, a ONG Fórum da Ilha apresentou um plano de ação à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Diz o preâmbulo:

Nós, os povos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e estados litorâneos do Pacífico, do Caribe, do Atlântico, do Índico e do Mediterrâneo, seguindo os passos de nossos ancestrais, nos comprometemos a salvar, promover e proteger os recursos naturais da terra em nome de nossos filhos para a posteridade, e portanto declaramos e afirmamos que:

## VULNERABILIDADES

1.1 O manejo sustentável dos recursos é fundamental para a nossa sobrevivência econômica, social e cultural. Os SIDS têm características especiais delineadas pela natureza: pequeno porte, populações pequenas, recursos naturais limitados, ecossistemas frágeis sujeitos a desastres naturais, grandes distâncias entre territórios, às vezes dentro de um mesmo estado. Contudo, nossas maiores vulnerabilidades ecológicas não são oriundas da natureza tampouco de nós mesmos: mudança climática, desastres ambientais, lixo tóxico lançado pelos países do norte em nossas praias, degradação do nosso litoral e dos nossos recursos marinhos, devastação permanente de ilhas inteiras e atóis causada por testes nucleares, contaminação do corpo das mulheres causada por radioatividade – nenhum desses efeitos é causado pelos nossos tradicionais modos de vida ou sustento. Onde nossas economias insulares se integram à economia global, nossa maior vulnerabilidade é o desequilíbrio de poder entre nós e os países do norte industrializado.

## POPULAÇÃO & SUPERPOPULAÇÃO

1.2 A superpopulação não é a causa fundamental da degradação ambiental em nossas sociedades. Pelo contrário: a causa fundamental de tal devastação é a negação institucionalizada e o solapamento das nossas formas indígenas de poder, e a má distribuição grosseira de recursos, o que leva a inúmeras situações de desespero e impotência. Repudiamos a visão de que o relacionamento entre a população e o desenvolvimento seja somente uma questão de demografia: trata-se de um resultado direto das relações desiguais de poder entre o norte e o sul, e entre os ricos e os pobres tanto no norte quanto no sul. Precisamos começar protegendo os direitos e a dignidade de nossas populações enquanto ainda vivas, com base nos valores, modos de vida e formas de sustento que elas quiserem desenvolver, em equilíbrio e harmonia entre nossos povos, e entre nossos povos e o meio ambiente. Precisamos estabelecer um novo paradigma que considere cada membro de nossas comunidades como um potencial de força motriz para o desenvolvimento e não um problema populacional a ser resolvido.

Dez anos depois, em 2004, a recente onda de furacões revelou o frágil substrato de nossa região.

Os governos e as organizações regionais, bem como agências e organizações não governamentais de âmbito internacional e outros governos se empenharam para ajudar a socorrer Granada, São Vicente e Granadinas, e Jamaica.

Num rol de compromissos, compilado e liberado pela Agência Caribenha de Atendimento a Emergências e Desastres (CDERA), nove estados do CARICOM se empenharam em apoiar as ilhas assoladas pelo furacão. Esses governos são o de Antígua e Barbuda, Barbados, Ilhas Virgens Britânicas, Dominica, Guiana, Montserrat, São Kitts e Nevis, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, e São Vicente e Granadinas. Identificado como país necessitando de ajuda por ter sido atingido pelo Furacão Ivan, São Vicente e Granadinas também comprometeu-se a acudir Granada e Jamaica. São Vicente irá receber alunos do Nível Avançado (Nível A, ou último ano do curso secundário) e do Conselho Caribenho de Exames (CXC) e oferecer a Granadinas uma “política elástica de imigração”. Além de fornecer uma equipe de limpeza através dos setores público e privado, e suprimentos de emergência, São Vicente vai dar apoio à montagem de instalações de teledefusão pública e alocar nove pessoas para o Sistema Regional de Segurança.

Assegurando 18.500 dólares, o governo de Antígua e Barbuda alocou 27 pessoas para RSS. Além disso, empregou 2.000 toneladas de areia para auxiliar na recuperação da faixa litorânea.

Entrementes, Barbados contribuiu com um milhão de dólares barbadianos para atender às necessidades do governo de Granada. Além de fornecer pessoal para RSS, o governo vai formar um comitê de reconstrução para coordenar o atendimento de Barbados a Granada. Artisans, uma brigada militar de construção e apoio ao governo de Barbados também contribuiu com a montagem de instalações para teledifusão pública em Granada.

O governo das Ilhas Virgens Britânicas também se comprometeu a auxiliar na montagem de instalações de teledifusão pública em Granada que montam a 30 mil dólares americanos. Além disso, as Ilhas Virgens destacaram pessoal técnico e de apoio e ainda suprimentos de emergência para as ilhas assoladas pelo furacão.

A Guiana se comprometeu a receber estudantes granadinos que estejam se preparando para fazer os exames do Nível A e do CXC. E mais ainda, a Guiana contribuiu com 100 mil dólares americanos e ajuda à Ilha Spice e meio milhão de quilos de açúcar. Os militares ficarão alocados em Granada durante seis meses. São Kitts e Nevis despachou contêineres de víveres e enviou pessoal para RSS. São Kitts e Nevis enviou equipes de reconstrução da iniciativa privada e apoio de pessoal para o Centro de Operações de Emergência. Santa Lúcia ofereceu apoio de pessoal para EMT, SUMA e Avaliação de Danos. Embora não especificasse qual das ilhas devastadas pelo furacão iria receber apoio de pessoal de Santa Lúcia, a informação dizia que 12 pessoas foram aproveitadas.

Além do fornecimento de roupas, ajuda na construção, suprimentos de emergência para o abastecimento de casa e equipamento e víveres, Trinidad e Tobago empregou 133 pessoas, mas ainda assim entregou 81 milhões de dólares a Granada, São Vicente e Granadinas, Jamaica e Cuba.

Montserrat declarou apoio à Gerência do Centro de Operações de Emergência. Dominica deslocou 50 mil dólares e apoio de pessoal ao RSS.

Embora não sejam membros do CARICOM, os governos do Suriname e Bermudas também envidaram seus esforços. Bermuda oferece 50.000 dólares americanos para ajudar na recuperação e restauração. Bermuda também irá montar um fundo especial de auxílio e uma Força Tarefa para coordenar os esforços de Bermuda envidados em conjunto com os esforços de assistência. O Suriname irá fornecer pessoal militar às ilhas assoladas pelo furacão.

Disponível *online* em

<http://www.igtn.org/Caribbean/CAFRA%20sust%20dev%20and%20small%20countries.pdf>.

## **GÊNERO E COMÉRCIO: NOVOS RECURSOS**

### **CAFTA e o Impacto do Gênero** Grupo de Incidência da USGTN

Em 24 de setembro de 2004, a USGTN entregou um pacote de materiais de vários grupos de mulheres dos Estados Unidos para representantes democratas e escolheu republicanos na Câmara dos Deputados do país, instando-os a irem contra o CAFTA. Embora representem algumas nuances de diferenças para se opor ao CAFTA, os materiais do pacote mostram uma solidariedade geral entre os grupos de mulheres em sua oposição ao CAFTA.

O texto a seguir foi retirado do corpo da carta de face:

Por não conseguir empreender uma análise de como o CAFTA vai afetar as mulheres e os homens de forma diferente, o CAFTA promete empobrecer ainda mais as mulheres em toda a região, arriscando sua saúde e bem-estar, e minando-lhes a capacidade de proteger suas famílias, comunidades, meio ambiente e sustento. Poucas foram as tentativas de informar o público centro e norte-americano sobre esse acordo ou tratar as preocupações dos grupos da sociedade civil de maneira adequada. O sigilo envolvendo as negociações e a recusa dos governos de ambos os lados a permitir a participação significativa da sociedade civil e das populações que sofrerão impactos diretos por causa do acordo destaca o processo não democrático através do qual o CAFTA foi negociado.

Neste ano de eleições, é indispensável compreendermos as questões que estão em jogo e o comércio é uma delas. Infelizmente, a maioria dos norte-americanos não tem ciência de que o CAFTA (e outros acordos comerciais) foi sequer negociado e concluído. É fundamental que entendamos os objetivos e implicações desse acordo para podermos ter certeza do que podemos esperar ganhar ou perder enquanto cidadãos dos Estados Unidos. À medida que se aproxima a possibilidade de uma votação desse acordo no Congresso, a USGTN vai aconselhando seus representantes a votarem NÃO ao CAFTA até que seja implementado um processo nacional democrático de debate e diálogo para informar sobre as negociações com os países parceiros.

O CAFTA não irá facilitar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social dos nossos vizinhos na América Central e na República Dominicana. Tampouco o CAFTA irá causar algum impacto positivo sobre as mulheres, suas famílias e comunidades nos Estados Unidos. As participantes da Rede do Gênero e Comércio nos Estados Unidos e nossas parceiras, portanto, convocam você a votar “NÃO” ao CAFTA-RD/EUA.

O contundente pacote completo de Gênero e CAFTA, com declarações organizacionais, está disponível *online* no endereço:

<http://www.igtn.org/NorthAmerica/CAFTA%20and%20Gender%20Hill%20Drop.pdf>.

### **A Capacidade das Instituições Financeiras Internacionais para Apoiar a Liberalização do Comércio em Países Vulneráveis e de Baixa Renda**

Aldo Caliari, *Centre of Concern*

Mariama Williams, IGTN

Segue-se uma passagem extraída do Sumário Executivo.

Este artigo informativo visa propiciar uma discussão aprofundada das perspectivas da sociedade civil nas questões envolvidas no papel cada vez maior das instituições financeiras internacionais no comércio – e atividades relativas a investimentos. Ele também discute algumas idéias para estratégias de curto e longo prazo para aumentar a capacidade dos países em desenvolvimento conduzirem relações com as instituições financeiras internacionais de forma que lhes permita crescer e reduzir a pobreza enquanto atingem metas nacionais de desenvolvimento.

Este artigo coloca as questões no contexto do abismo de renda cada vez maior em nível mundial entre países, da importância cada vez maior do comércio no PIB mundial, das tendências negativas nos fluxos de capital para os países em desenvolvimento e dos impactos negativos que a integração do comércio está causando para as economias de uma grande quantidade de países em desenvolvimento, particularmente os mais pobres.

Na primeira parte, é feita uma análise da situação das questões que surgem e dos dilemas que os países em desenvolvimento enfrentam na hora de formular políticas dentro do sistema comercial e financeiro multilateral. Argumenta-se que a expansão do envolvimento das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) nas atividades relacionadas ao comércio tem resultado em restrições ao espaço que os países tomadores de empréstimos têm para formulação de suas políticas e desenvolvimento de suas próprias estratégias nacionais de desenvolvimento. Em seguida,

discutem-se minuciosamente os principais mecanismos através do qual ocorre essa “coerência” de políticas comerciais e financeiras nos níveis nacional, regional e global. A segunda seção deste artigo aborda a questão da economia produtiva e destaca os elos de interligação entre várias políticas comerciais e financeiras e o seu impacto no setor produtivo. A terceira seção explora a interseção comércio-fazendária no que ela afeta o acesso universal aos serviços essenciais nos países em desenvolvimento, concentrando-se em características particulares de programas de privatização e desregulação promovidos por instituições financeiras internacionais, o papel do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) e como comprometem a capacidade dos estados atenderem as necessidades de fornecimento de serviços. Finalmente, a quarta seção trata da questão de verbas para indenização de perdas relativas ao comércio e suas limitações no atual ambiente do comércio mundial e oferece uma crítica às políticas e abordagens geradas pelas Instituições de Bretton Woods (IBWs) nessa área, inclusive uma crítica ao Mecanismo de Integração do Comércio recém lançado pelo Fundo Monetário Internacional.

O argumento central subjacente nesse artigo é o de que a integração de políticas comerciais e financeiras é necessária e importante para a conquista de soluções efetivas para problemas de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Entretanto, os métodos vigentes de integração não parecem capazes de resolver tais questões. A abordagem de reformas com políticas financeiras e comerciais interligadas que está sendo implementada pelas IBWs se dedica à promoção da liberalização do comércio e à vinculação das reformas de liberalização anteriores. Isso é independente dos verdadeiros custos e impactos de tais reformas sobre a evolução das economias dos países em desenvolvimento. Além disso, a continuidade das mesmas só conseguirá reforçar e exacerbar as tendências atuais de desindustrialização, aumentando a insegurança alimentar, o endividamento externo, a pobreza e a desigualdade. Portanto, é importante que os ministros da área financeira aprofundem seu conhecimento da coerência entre as IBWs e a Organização Mundial do Comércio e comecem a articular um quadro centrado no desenvolvimento para integrar as políticas financeiras e comerciais. A segunda parte deste artigo discute algumas recomendações experimentais para a formação desse quadro.

O Artigo completo pode ser encontrado *online* no endereço:  
<http://www.igtn.org/FfD/cfmm2004briefingpaper.pdf>.

A Declaração da Sociedade Civil sobre o Papel das Instituições Financeiras Internacionais na Promoção da Liberalização do Comércio foi preparada para a Reunião dos Ministros da Área Fazendária da Comunidade das Nações em 29 de setembro de 2004 e também está disponível *online* no endereço:  
<http://www.igtn.org/FfD/cfmm2004statement.pdf>.

### **Estudo de Caso sobre o Impacto do GATS na Bulgária**

Fundação Búlgara para a Pesquisa de Gênero (FBPG)  
WIDE

O WIDE anuncia sua nova publicação sobre a questão da privatização da água na Bulgária. Nessa pesquisa encomendada pelo WIDE à Fundação Búlgara de Pesquisa de Gênero, estudaram-se os efeitos que a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgoto de Sofia para empresas externas tem sobre as mulheres. Essa empreitada provou que provisões essenciais para o desenvolvimento humano e a igualdade de gênero estão muito comprometidas. O estudo destaca as inconsistências encontradas na regulação do comércio e no cumprimento de vários tratados ratificados acerca dos direitos humanos, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW) e o Convênio Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR), dos quais a Bulgária faz parte. A pesquisa analisou os impactos fundamentais causados pela privatização dos serviços públicos e suas implicações para as mulheres, que são as mais suscetíveis a tais mudanças.

A publicação pode ser obtida enviando-se um email com endereço postal para [paule@wide-network.org](mailto:paule@wide-network.org). O custo é de 8€ (oito euros), fora a embalagem e o envio. Ela também está disponível online no endereço <http://www.igtn.org/Europe/BGRF-GATSstudy.pdf>.

## **GÊNERO, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO: EVENTOS E AVISOS**

### **Entrega de Trabalhos**

O Curso de Estudos da Mulher da Universidade de Connecticut apresenta a 17ª Conferência Anual sobre Mulher e Gênero:

#### *A Responsabilidade das Atuais Gerações pela Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres*

Convite para envio de Propostas sobre Trabalho Criativo e de Estudos Interdisciplinares: O Programa de Estudos da Mulher da Unversidade de Connecticut escolheu *A Responsabilidade das Atuais Gerações pela Proteção dos Direitos Humanos das Mulheres* como tema para a sua conferência de 2005. O comitê encarregado da realização da conferência está recebendo propostas de feministas e acadêmicos de todas as disciplinas, oriundos de todos os lugares, para participar desse importante diálogo iniciado em Declaração de 1997 das Nações Unidas sobre as Responsabilidades das Atuais Gerações para com as Gerações Futuras, que diz em parte que "As atuais gerações têm a responsabilidade de assegurar que as necessidades e interesses das gerações futuras sejam plenamente salvaguardados."

Formato da Proposta: Os interessados em participar estão convidados a apresentar suas propostas de artigos individuais, sessões completas, painéis ou mesas redondas. Também serão bem-vindas participações em sessões de pôsteres, *performances*, vídeos ou outros trabalhos de caráter visual. No caso de artigos individuais, favor enviar resumo de uma página. No caso de painéis completos, favor enviar resumo de uma página para cada apresentação mais um apanhado geral do relacionamento entre cada componente. No caso de sessões de pôsteres, *performances* e obras de arte, favor enviar um apanhado geral de uma página. Todas as propostas devem conter o(s) nome(s) do(s) apresentador(es), sua filiação e informações para contato (endereço, email e número telefônico).

As linhas da sessão contêm:

- o Treinamento sobre Direitos Humanos
- o Militância pelos Direitos da Mulher: Criar a Mudança
- o Desenvolvimento Sustentável e Globalização: Proteger os Direitos da Mulher; Direitos da Mulher e Democratização em Contextos Local e Global

Prazo de entrega: 15 de dezembro de 2004

Enviar para: [wsinfo@uconn.edu](mailto:wsinfo@uconn.edu)

Para obter maiores informações, queira visitar o endereço:

<http://www.sp.uconn.edu/~womstu4/home.html>.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN através do correio eletrônico, envie um email para [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org) e escreva "assinar" na linha do assunto e acrescente seu nome e organização no corpo da mensagem. Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet: <http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>